

# **UM NOVO OLHAR SOBRE O PLANTÃO SOCIAL: ANÁLISE DA SUPERAÇÃO DA VIDA COTIDIANA E DA DIMENSÃO SÓCIO-EDUCATIVA DO SERVIÇO SOCIAL.**

Vivian de Lima Lopes, Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Cirlene Ap. Hilário da Silva Oliveira (orientadora). – Serviço Social – Departamento de Serviço Social – Faculdade de História, Direito e Serviço Social – Campus de Franca

O plantão social, embora desenvolvido por várias profissões, é um procedimento bastante utilizado pelo Serviço Social e constitutivo do cotidiano do trabalho desenvolvido pelas instituições ligadas à assistência social, possibilitando um contato direto entre o profissional e a população que busca os serviços destas instituições, de diferentes áreas, sejam públicas ou privadas. No sentido de aproximar o profissional à realidade do usuário, para o Serviço Social, o plantão significa a “porta de entrada” para as ações e procedimentos que envolvem o trabalho do assistente social, relacionadas à efetivação de programas, projetos e de políticas sociais como um todo. Porém, o plantão social carrega no âmbito da intervenção profissional um estigma, sendo caracterizado como prática conservadora, burocrática e assistencialista.

Desde suas origens, o plantão social como prática do Serviço Social apresenta como características a seletividade, o imediatismo e o assistencialismo, que são entendidas no bojo de uma sociedade capitalista como mecanismos de controle sobre as classes subalternas, no sentido de ocultar as contradições existentes no capitalismo e beneficiar os interesses das classes dominantes.

A seletividade evidenciada nos plantões é reflexo das políticas sociais, também seletivas, já que os recursos disponíveis não correspondem à demanda de uma população cada vez mais empobrecida. É oportuno que a assistência social seja seletiva, atendendo às exigências da sociedade capitalista, em termos de acumulação do capital e de reprodução da força de trabalho e das relações desiguais de poder. Neste contexto, o assistente social reproduz muitas vezes uma prática mecânica e tecnicista, interferindo (ou não) nos problemas da população através de ações pontuais e casuísticas, limitadas pela questão imediata da sobrevivência dos usuários.

A postura profissional pautada no fatalismo alimenta o caráter assistencialista do Serviço Social e, conseqüentemente, do plantão social. Para este profissional a prática social aparece atravessada por concepções naturalistas e idealistas da realidade social, como se esta já estivesse dada em sua forma definitiva. O assistente social não se posiciona, portanto, de forma a questionar as exigências institucionais, o seu próprio trabalho profissional e a realidade que lhe é apresentada durante o plantão social; não constrói com o usuário a problematização da situação trazida a seu conhecimento. Desta forma, o profissional fatalista não acredita na capacidade transformadora de sua prática.

A vasta pesquisa bibliográfica proporcionou, como fase inicial deste estudo ainda não finalizado, o entendimento e a análise de que o plantão social, como função atribuída ao assistente social, não incide apenas sobre o fator econômico, mas também nos fatores ideo-político-culturais e, portanto, é essencialmente educativo, constituindo-se como espaço privilegiado da ação sócio-educativa do Serviço Social. A figura do assistente social aparece aqui como elemento indispensável no espaço oferecido pelo plantão, de modo que não se prenda ao recurso ou benefício, fortalecendo o seu papel enquanto educador para a cidadania.

Na esfera da vida cotidiana, tal como se apresenta nos estudos de Heller (1985), o homem está imerso na espontaneidade, que supõe um movimento não irreflexivo, mas onde não é possível uma análise profunda da realidade. A espontaneidade cotidiana se expressa através de ritmo fixo, repetição e regularidade das ações. Apresenta-se como uma possibilidade efetiva; não é algo facilmente e absolutamente superável.

Dentro deste contexto, é possível identificar a prática do plantão social, inserido dentro do processo de trabalho do Serviço Social.

O movimento da vida cotidiana prioriza o indivíduo na sua particularidade. É preciso, pois, buscar a superação desta particularidade do indivíduo, daquilo o que é apreendido nas relações cotidianas sem um exercício reflexivo e crítico. O homem deve movimentar-se no sentido de encontrar-se como homem

inteiro, reconhecendo-se enquanto humanidade e buscando a emancipação não particular, mas do humano genérico.

O humano genérico é a espécie humana que se realiza como ser social livre e criativo. Esta condição é alcançada conscientemente para além da vida cotidiana.

Para que o exercício do plantão supere os limites do cotidiano, as necessidades apresentadas pela demanda precisam ser problematizadas como questões/necessidades coletivas, elevando, não só os usuários, mas também os próprios profissionais, à condição humano-genérica. Desta forma, consegue-se romper com o nível de relação imediata e superficial, suficiente para a esfera da vida cotidiana.

O profissional de Serviço Social precisa superar as respostas dadas no plano da vida cotidiana, calcadas no senso-comum, o que revela também a falta de reconhecimento da identidade profissional do assistente social.

Os benefícios sociais, comumente relacionados à prática do plantão, limitam-se ao plano imediato das necessidades humanas (esfera do cotidiano), canalizando-as para o aspecto da sobrevivência humana. Embora seja fundamental a satisfação das necessidades vitais do ser humano, essa vida para ele não é a vida completa, não é o suficiente, já que todos buscam alguma coisa a mais do que o funcionamento do organismo.

Desta forma, a prática do plantão deve extrair do cotidiano apenas a inquietude, a vontade de superação. Assim, a vida cotidiana apresenta-se como ponto de partida para a desmistificação da realidade e para a emancipação humana; e sua superação está, portanto, fortemente relacionada aos princípios éticos políticos da profissão e à ação sócio-educativa.

O caráter pedagógico da prática do assistente social é concretizado e fortalecido no envolvimento com os processos de luta e resistência das classes subalternas, na garantia de sua reprodução plena e constituição autônoma como classe contraposta à ordem do capital.

Um desafio que se coloca para o exercício dessa função é a problematização da assistência, na medida em que a mesma é uma construção social historicamente determinada no bojo da reprodução das desigualdades, estrategicamente direcionada à reprodução da força de trabalho e ao controle social pelo capital, não respondendo às necessidades das classes subalternas em termos de desenvolvimento humano e emancipação.

O trabalho do assistente social dentro do plantão social pode viabilizar um canal de compreensão da real função da assistência social na sociedade capitalista, da assistência enquanto direito social e não benesse, de reivindicação do trabalhador por respostas mais eficazes e satisfatórias aos seus direitos sociais. Portanto, o profissional pode, de maneira satisfatória, contribuir para a desmistificação do caráter assistencialista da profissão via plantão social, não como representação do conservadorismo e assistencialismo, mas como instrumento de trabalho que pode ser utilizado nos moldes da dimensão sócio-É certo que a assistência social não é política emancipatória, porque se volta para a sobrevivência e nisto se realiza plenamente. Neste sentido, pode-se dizer que a assistência hoje tal como está estruturada é terreno fecundo para a prática do assistencialismo.

O plantão social pautado nesta problematização da assistência revela pouca sensibilidade pela pobreza política da demanda; considera a base material como mais essencial que as outras. A necessidade material, geralmente, é mais imediata e pode matar rapidamente, porém, isso não significa que seja mais importante. Mais importante será aquilo que condiciona o todo, não apenas certas partes. (DEMO, 2002)

A assistência e a atuação do assistente social dentro dos plantões tende a reduzir-se a auxílios materiais, que podem ser muito decisivos na vida das pessoas, mas não geram emancipação, causando dependência e anulando sua falsa vinculação com a cidadania, transformando esta última em tutela.

O equívoco não consiste, de maneira alguma, em oferecer benefícios como cesta básica, por exemplo, pois é direito da grande maioria que vive na miséria. O erro é, pois, concluir daí que se resolvem os problemas sociais, que implicam, na verdade, condições de emancipação. A assistência hoje garante a sobrevivência da população usuária de seus serviços. Porém, ninguém deseja apenas sobreviver.

É preciso compreender e dar novo significado à prática do plantão social de modo a adequá-lo ao trabalho sócio-educativo, cujo objetivo seja a conquista e o exercício da cidadania dos indivíduos sociais, desmistificando assim o caráter conservador e assistencialista desta prática tão importante para o Serviço

Social. O profissional que enxerga o seu trabalho como uma prática questionadora, crítica e transformadora da realidade, consegue atribuir a sua ação um caráter eminentemente educativo.

Desta forma, não é o plantão - e seu histórico assistencialista - que determina as ações e providências do profissional. É a postura ético-política do assistente social que irá determinar ou não o caráter clientelista e paternalista desta prática.

Dentro deste contexto, de acordo com GOUVÊA:

É importante levar em conta a complexidade da superação de uma prática que tem trazido uma marca pejorativa no interior da profissão, ainda que presente no cotidiano de uma grande maioria de assistentes sociais. Importa lembrar que não é o instrumento que qualifica o profissional. Ao contrário, é o profissional que qualifica e aperfeiçoa ou não o seu instrumento de trabalho e lhe dá sentido. Mas a maneira como o profissional utiliza seu instrumento de trabalho pode demonstrar o significado e o sentido da própria profissão. (1993, p. 96)

### **Referências Bibliográficas**

DEMO, Pedro. **Educação pelo avesso: assistência como direito e como problema**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

GOUVÊA, Maria das Graças. **O plantão social na atual conjuntura**. Serviço Social & Realidade, v. 01, Franca (Universidade Estadual Paulista / UNESP), p. 30-39, 1993.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. 2. ed, v. 07. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.  
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.